

## STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER") e suas controladas (conjuntamente "Grupo"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração de energia elétrica.

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía participação societária nas seguintes companhias operacionais e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex") que foi descontinuada em 2016.

Companhia		Tipo	Participação societária
Eólicas:			
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a)	Controlada direta	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a)	Controlada direta	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a)	Controlada direta	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a)	Controlada direta	100,00%
Pequenas Centrais Hidrelétricas:			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b)	Controlada direta	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b)	Controlada direta	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b)	Controlada direta	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c)	Controlada direta	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c)	Controlada em conjunto	50,00%
Usinas Hidrelétricas:			
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d)	Controlada direta	100,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(e)	Outras participações	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(e)	Outras participações	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(e)	Outras participações	2,12%
Serviços de Operação e Manutenção (O&M):			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(f)	Operação descontinuada	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estado da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controlada direta e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. Em regime de autorização, esses complexos possuem Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de autorização, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3)").
- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8).

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas e controlada em conjunto do Grupo:

Usina	Contrato	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada MW (*)	Garantia física MW médio (*)
<b>Eólicas ("EOL"):</b>					
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	34,50	10,50
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	35,07	13,40
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	30,06	11,33
<b>Hídricas:</b>					
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	22,20	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	15,00	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	30,00	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	13,70	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	25,00	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	30 anos	74,00	41,7

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

### 1.1. Liminar GSF ("Generation Scalling Fator")

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares os saldos de mercado de curto prazo referente aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monel e PCH Moinho encontram-se protegidas do efeito controverso do MRE, sendo que os saldos da competência a partir de março de 2018 passam a ser liquidados de acordo com seus vencimentos. Já a liminar que protegia a controlada em conjunto PCH Passos Maia caiu em 15 de dezembro de 2017, sendo que este valor foi pago no dia 9 de janeiro de 2018.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 8 de novembro de 2018.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pela "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 01 de janeiro de

2018. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Portanto, as correspondentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conexão àquelas demonstrações financeiras.

## 2.1. Reapresentação das cifras comparativas:

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações na apresentação (i) das demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado findos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 entre as atividades operacionais e de investimentos, e (ii) das demonstrações do resultado dos períodos de três e nove meses findos naquela data, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – Presentation of Financial Statements.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(35.390)	-	(35.390)	(29.083)	-	(29.083)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos:						
Provisão (reversão) para contingências	(45.836)	49.787	3.951	(40.779)	49.787	9.008
Outros ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos	(41.416)	-	(41.416)	81.880	-	81.880
Variações nos ativos e passivos	(2.134)	-	(2.134)	236	-	236
Juros pagos sobre financiamentos	-	-	-	(26.267)	-	(26.267)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(16.172)	-	(16.172)
Dividendos recebidos	51.220	-	51.220	1.832	-	1.832
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas	(73.556)	49.787	(23.769)	(28.353)	49.787	21.434
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>						
Partes relacionadas	74.357	(49.787)	24.570	54.196	(49.787)	4.409
Outras atividades de investimento	41.397	-	41.397	40.638	-	40.638
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	115.754	(49.787)	65.967	94.834	(49.787)	45.047
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>						
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	-	-	(32.544)	-	(32.544)
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>42.198</b>	<b>-</b>	<b>42.198</b>	<b>33.937</b>	<b>-</b>	<b>33.937</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.775	-	17.775	140.761	-	140.761
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	59.973	-	59.973	174.698	-	174.698
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>42.198</b>	<b>-</b>	<b>42.198</b>	<b>33.937</b>	<b>-</b>	<b>33.937</b>

**Demonstrações dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 – Controladora e Consolidado**

	Controladora			Consolidado		
	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)
Receita Líquida	14.361	(8.318)	6.043	222.347	(2.765)	219.582
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(10.864)	8.318	(2.546)	(123.323)	-	(123.323)
Lucro Bruto	3.497	-	3.497	99.024	(2.765)	96.259
Gerais e administrativas	(28.378)	2.552	(25.826)	(43.921)	5.767	(38.154)
Outros resultados operacionais	(41.981)	(2.552)	(44.533)	(54.889)	(3.002)	(57.891)
Equivalência patrimonial	37.358	-	37.358	(5.052)	-	(5.052)
Dividendos auferidos	2.144	-	2.144	2.144	-	2.144
Receitas (despesas) operacionais	(30.857)	-	(30.857)	(101.718)	2.765	(98.953)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos	(27.360)	-	(27.360)	(2.694)	-	(2.694)
Resultado financeiro	(8.030)	-	(8.030)	(26.389)	-	(26.389)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(35.390)	-	(35.390)	(29.083)	-	(29.083)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	22.330	-	22.330	16.023	-	16.023
Lucro Líquido do Exercício	(13.060)	-	(13.060)	(13.060)	-	(13.060)
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(2.271)	-	(2.271)	(2.271)	-	(2.271)
Lucro Líquido do Exercício	(15.331)	-	(15.331)	(15.331)	-	(15.331)

**Demonstrações dos resultados para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2017 – Controladora e Consolidado**

	Controladora			Consolidado		
	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)	Valores Originais	Reclassificações	Valores Ajustados (Reapresentado)
Receita líquida da prestação de serviços	5.415	(3.177)	2.238	87.813	(1.162)	86.651
Custo da comercialização de energia elétrica	(3.297)	3.177	(120)	(49.061)	-	(49.061)
Lucro Bruto	2.118	-	2.118	38.752	(1.162)	37.590
Gerais e administrativas	(6.493)	993	(5.500)	(9.439)	2.053	(7.386)
Outros resultados operacionais	2.375	(993)	1.382	(11.488)	(891)	(12.379)
Equivalência patrimonial	6.841	-	6.841	(2.236)	-	(2.236)
Dividendos auferidos	254	-	254	254	-	254
Receitas (despesas) operacionais	2.977	-	2.977	(22.909)	1.162	(21.747)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos	5.095	-	5.095	15.843	-	15.843
Resultado financeiro	3	-	3	(6.081)	-	(6.081)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.098	-	5.098	9.762	-	9.762
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	1.519	-	1.519	(3.145)	-	(3.145)
Lucro Líquido do Exercício	6.617	-	6.617	6.617	-	6.617
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(2.330)	-	(2.330)	(2.330)	-	(2.330)
Lucro Líquido do Exercício	4.287	-	4.287	4.287	-	4.287

## 2.2. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 47 (IFRS 15) - "Receita de Contratos com Clientes" - implementação do CPC 47 - a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar esta norma, ficando revogada a norma anterior CPC 30 (R1) - Receitas a partir da mesma data. O Grupo fez avaliação do impacto desta norma sobre seus contratos com clientes, e concluiu que não há mudanças no reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes quando comparadas as duas normas. Com relação à divulgação existem alterações com relação a desagregação, saldo, obrigação de desempenho, e preço de transação alocado das receitas de contratos de clientes que constam apresentados na nota explicativa nº 22.
- CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros" - também em 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar a nova norma sobre que versa sobre reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. A companhia fez análise dos impactos desta norma quando comparada ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e identificou que as práticas utilizadas até o fim da vigência desta norma permaneceram após a vigência do CPC 48 sem quaisquer alterações. O Grupo também efetuou também análise dos impactos da implementação da nova norma, não identificando nenhuma alteração na mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros que ela possui.
- O CPC 48 também trouxe a opção de reavaliação do reconhecimento dos instrumentos patrimoniais ao valor justo entre a demonstração do resultado e demonstração de resultados abrangentes. Para estes instrumentos o Grupo optou em manter a abordagem de reconhecimento adotada até 2017, ou seja, as variações na mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais tratados como instrumentos financeiros se mantêm reconhecido nas demonstrações de outros resultados abrangentes.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Com base em estudos técnicos, o Grupo reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil. Até a data da emissão destas demonstrações o Grupo não identificou evidências de mudanças da vida útil dos ativos imobilizados à última avaliação técnica efetuada em setembro de 2017.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível" e "Propriedades para investimento".

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

## e) Provisões para contingências

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

## 4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme seguem:

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Total dos financiamentos	355.910	383.701
(-)caixa e equivalentes de caixa	247.189	183.324
(-)aplicação financeira restrita	42.464	42.914
Dívida líquida	66.257	157.463
Total do patrimônio líquido	803.544	779.397
Índice de alavancagem financeira - %	8,25	20,20

Como a controladora não possui endividamento o cálculo do seu índice de alavancagem não é apresentado.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Contas bancárias em moeda funcional	4	21	2.563	4.167
Aplicações financeiras com liquidez imediata	116.852	93.160	244.626	179.157
Total	116.856	93.181	247.189	183.324

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

## 6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	(i)	-	-	31.287	32.830
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	83.948	46.479
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	40.836	40.835
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	23.311	14.243	4.966	1.087
Outras contas a receber	(v)	450	-	462	-
Total		25.761	14.243	161.499	121.231

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Apresentados como:				
Ativo Circulante	25.761	14.243	130.816	93.475
Ativo não circulante	-	-	30.683	27.756

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias;
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo;
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses;
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto; e
- (v) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.

## 7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
Circulante	3.798	3.731
Não circulante	138	1.972
Total	<u>3.936</u>	<u>5.703</u>

## 8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como *core business* a prestação de serviços à terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.



As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>30.09.2018</u>	<u>30.09.2017</u>
Receita líquida	-	1.112
Custo do serviço prestados	-	(824)
Despesas gerais e administrativas	(704)	(1.025)
Outros resultados	1.449	355
Resultado financeiro	30	188
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.077)
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>775</u>	<u>(2.271)</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Operações descontinuadas" no valor de R\$1.971 (em 31 de dezembro de 2017, R\$903 negativo, apresentado na rubrica "Provisão para perda em investimento").

#### 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 17).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
No início do exercício	42.914	91.123
Aplicações	-	1.659
Rendimentos líquidos de impostos	1.863	6.425
Resgates	(2.313)	(56.293)
No final do período	<u>42.464</u>	<u>42.914</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais restam demonstrados ao final dos períodos conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Ativo circulante:</b>					
Contas a receber:					
Energen S.A.	(i)	1.813	1.434	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	279	125	279	125
Esmeralda S.A.	(i)	2.329	1.139	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	1.894	844	-	-
Moinho S.A.	(i)	3.024	2.010	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	3.346	1.711	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	1.535	650	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	2.415	1.166	2.415	1.166
Santa Laura S.A.	(i)	1.989	1.174	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	2.761	1.514	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	1.654	715	-	-
Statkraft Investimentos Ltda.	(ii)	158	11	158	11
Statkraft Chile Ltda.	(ii)	-	821	-	821
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	1.982	885	1.982	885
Statkraft Peru	(ii)	-	44	-	44
Statkraft AS	(ii)	65	-	65	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	67	-	67	-
		<u>25.311</u>	<u>14.243</u>	<u>4.966</u>	<u>3.052</u>
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.		8.725	19.477	-	-
Macaúbas Energética S.A.		1.445	3.738	-	-
Moinho S.A.		3.844	7.876	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.		1.837	1.836	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		-	2.814	-	-
Passos Maia Energética S.A.		2.984	5.495	2.984	5.495
Seabra Energética S.A.		-	2.718	-	-
Santa Laura S.A.		-	10.500	-	-
Santa Rosa S.A.		-	3.398	-	-
		<u>18.835</u>	<u>57.852</u>	<u>2.984</u>	<u>5.495</u>
<b>Ativo não circulante:</b>					
Mútuos:					
Energen Energias Renováveis S.A	(iii)	180	180	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(iv)	-	10.019	-	-
Santa Rosa S.A.	(iv)	-	14.350	-	-
FUNCEF	(v)	2.235	6.445	2.235	6.445
Água Quente Ltda.	(v)	3.379	3.145	3.379	3.145
Bom Retiro S.A.	(v)	2.128	1.967	2.128	1.967
Provisão para perdas estimadas com créditos	(vi)	(5.454)	(5.112)	(5.454)	(5.112)
		<u>2.468</u>	<u>30.994</u>	<u>2.288</u>	<u>6.445</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u>46.614</u>	<u>103.089</u>	<u>10.238</u>	<u>14.992</u>
		Controladora		Consolidado	
		30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Passivo circulante:</b>					
Partes relacionadas:					
Statkraft AS	(vii)	341	272	3.487	2.819
Statkraft investimentos Ltda.	(viii)	51.354	50.512	51.371	50.512
		<u>51.695</u>	<u>50.784</u>	<u>54.858</u>	<u>53.331</u>
Dividendos a pagar:					
Statkraft investimentos Ltda.		-	1.623	-	1.623
FUNCEF		-	373	-	373
<b>Total dividendos a pagar</b>		<u>-</u>	<u>1.996</u>	<u>-</u>	<u>1.996</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u>51.695</u>	<u>52.780</u>	<u>54.858</u>	<u>55.327</u>
(i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.					



## 10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$4.264 no período findo em 30 de setembro de 2018, e R\$4.494 no período findo em 30 de setembro de 2017, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

## 11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação %	30.09.2018	31.12.2017
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5	46.128	55.080
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	8.379	8.336
Total		<u>54.507</u>	<u>63.416</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para os períodos findo em 30 de setembro de 2018 e o exercício de 31 de dezembro de 2017 são zero.

No período findo em 30 de setembro de 2018, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$3.978, reconhecidos no resultado do período (R\$2.144 para 30 de setembro de 2017).

A movimentação dos investimentos controlados ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2017	79.462
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	1.502
Redução de capital	(17.548)
Em 31 de dezembro de 2017	63.416
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	(8.909)
Em 30 de setembro de 2018	<u>54.507</u>

- (\*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido em 30 de setembro de 2018 R\$5.879 negativo (em 31 de dezembro de 2017, R\$988 positivo).

## 12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	31.12.2017	Resultado de equivalência patrimonial				Reversão dividendos adicionais 2017	Outras movimentações em Investimentos	30.09.2018
		Resultado do período	Amortização de juros capitalizados (*)	Realização de lucros não realizados	Dividendos destinados			
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	(786)	-	-	-	1.511	-	21.331
Total consolidado	20.606	(786)	-	-	-	1.511	-	21.331
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	(786)	-	-	-	1.512	3.541	24.872
Energen Energias Renováveis S.A.	97.782	4.288	(43)	-	-	-	-	102.027
Esmeralda S.A.	28.645	17.080	-	9	-	-	-	45.734
Macaúbas Energética S.A.	54.391	3.388	(45)	-	-	1.003	-	58.737
Moinho S.A.	34.783	481	(19)	51	-	2.531	-	37.828
Monel Monjolinho Energética S.A.	117.937	1.615	-	69	-	-	-	119.621
Novo Horizonte Energética S.A.	53.443	6.303	(51)	-	(5.316)	-	-	54.379
Santa Laura S.A.	31.557	8.941	-	12	(5.670)	8.880	-	43.720
Santa Rosa S.A.	74.780	19.589	-	60	(1.602)	-	-	92.827
Seabra Energética S.A.	55.272	6.120	(38)	1	(7.210)	-	-	54.145
Total controladora	569.196	67.019	(196)	202	(19.798)	13.926	3.541	633.890

	31.12.2016	Resultado de equivalência patrimonial				Dividendos destinados	Aporte de capital	31.12.2017
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (*)	Realização de lucros não realizados (*)				
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	-	20.606
Total consolidado	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	-	20.606
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	-	20.606
Energen Energias Renováveis S.A.	108.073	(16.234)	(57)	-	-	6.000	-	97.782
Esmeralda S.A.	51.308	9.802	-	12	(32.477)	-	-	28.645
Macaúbas Energética S.A.	42.480	15.708	(60)	-	(3.737)	-	-	54.391
Moinho S.A.	44.984	(7.713)	(25)	68	(2.531)	-	-	34.783
Monel Monjolinho Energética S.A.	142.105	7.772	-	92	(32.032)	-	-	117.937
Novo Horizonte Energética S.A.	51.451	11.875	(68)	-	(9.815)	-	-	53.443
Santa Laura S.A.	35.214	6.827	-	16	(10.500)	-	-	31.557
Santa Rosa S.A.	63.749	14.347	-	80	(3.396)	-	-	74.780
Seabra Energética S.A.	53.228	11.420	153	-	(9.529)	-	-	55.272
Total controladora	621.284	51.214	(57)	268	(109.513)	6.000	-	569.196

(\*) Referem-se a amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

## a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

30 de setembro de 2018	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
<u>Empresas controladas</u>						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	107.900	7.370	96.243	4.288	4.245
Esmeralda S.A.	100	77.326	31.490	28.756	17.080	17.089
Macaúbas Energética S.A.	100	150.056	92.879	53.788	3.388	3.343
Moinho S.A.	100	100.849	62.255	38.113	481	513
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	399.412	278.026	119.771	1.615	1.684
Novo Horizonte Energética S.A.	100	132.390	79.788	46.298	6.303	6.252
Santa Laura S.A.	100	58.848	14.964	34.943	8.941	8.953
Santa Rosa S.A.	100	120.909	26.948	74.372	19.589	19.649
Seabra Energética S.A.	100	131.752	78.933	46.698	6.120	6.083
Participação nos lucros de controladas						<u>67.811</u>
<u>Empresa controlada em conjunto</u>						
Passos Maia Energética S.A.	50	118.921	76.257	44.236	(1.572)	(786)
Participação nos lucros de coligadas						<u>(786)</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						<u>67.025</u>
31 de dezembro de 2017	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
<u>Empresas controladas</u>						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	103.473	23.491	96.243	(16.261)	(16.205)
Esmeralda S.A.	100	71.585	30.701	31.088	9.796	9.808
Macaúbas Energética S.A.	100	159.559	87.297	56.523	15.738	15.738
Moinho S.A.	100	96.740	70.247	34.225	(7.732)	(7.664)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	376.432	248.977	119.727	7.729	7.821
Novo Horizonte Energética S.A.	100	135.988	69.711	54.428	11.849	11.849
Santa Laura S.A.	100	53.230	13.241	33.169	6.820	6.836
Santa Rosa S.A.	100	113.729	21.284	78.137	14.307	14.387
Seabra Energética S.A.	100	136.733	68.662	56.626	11.445	11.445
Participação nos lucros de controladas						<u>54.015</u>
<u>Empresa controlada em conjunto</u>						
Passos Maia Energética S.A.	50	128.993	113.565	20.607	(5.179)	(2.590)
Participação nos lucros de coligadas						<u>(2.590)</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						<u>51.425</u>

## 13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.788	304.159	150.929	6.526	435.058	6	4.124	39.276	20.441	972.307
Custo histórico	15.305	425.025	217.535	8.430	547.967	21	5.644	54.859	20.441	1.295.227
Depreciação acumulada	(3.290)	(120.866)	(66.580)	(1.821)	(106.848)	(15)	(1.520)	(15.580)	-	(316.520)
Redução do valor recuperável dos ativos	(227)	-	(26)	(83)	(6.061)	-	-	(3)	-	(6.400)
Adições	-	-	-	-	9.674	-	-	-	18.666	28.340
Baixas	(19)	-	(240)	-	(2.419)	-	-	-	(1.702)	(4.380)
Transferências	-	6.578	10.028	-	3.381	-	1.323	76	(21.386)	-
Depreciação	(835)	(17.314)	(9.420)	(337)	(26.061)	(2)	(638)	(2.202)	-	(56.809)
Redução do valor recuperável dos ativos	(452)	-	(53)	(165)	(12.079)	-	-	(5)	-	(12.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.482	293.423	151.244	6.024	407.554	4	4.809	37.145	16.019	926.704
Custo histórico	15.286	431.603	227.323	8.430	559.145	21	6.967	54.935	16.019	1.319.729
Depreciação acumulada	(4.125)	(138.180)	(76.000)	(2.158)	(133.449)	(17)	(2.158)	(17.782)	-	(373.869)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	(19.156)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	1.327	1.327
Baixas	-	-	(130)	-	-	-	-	-	(1.815)	(1.945)
Transferência de almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.316	2.316
Transferências custo	-	3.131	(3.391)	2.338	2.396	116	2.146	(316)	(6.420)	-
Transferências depreciação	(87)	(399)	588	(332)	358	-	(156)	28	-	-
Depreciação	(524)	(13.088)	(7.490)	(334)	(23.465)	(2)	(806)	(1.637)	-	(47.346)
Saldo em 30 de setembro de 2018	9.871	283.067	140.821	7.696	386.843	118	5.993	35.220	11.427	881.056
Custo histórico	15.286	434.734	223.704	10.768	561.541	137	9.113	54.619	11.427	1.321.329
Depreciação acumulada	(4.736)	(151.667)	(82.804)	(2.824)	(156.556)	(19)	(3.120)	(19.391)	-	(421.117)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	(19.156)
Taxa média depreciação anual %	4,6	4,0	4,4	5,3	5,6	12,7	15,4	4,0	-	-

(\*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2018 o Grupo não identificou indícios que pudessem indicar novas perdas ao valor recuperável de ativos.

## a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o mais parecido possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017
UEE Energen	(3.109)	(3.011)
UEE Macaúbas	(2.566)	(2.487)
UEE Novo Horizonte	(2.199)	(2.130)
UEE Seabra	(2.199)	(2.130)
Total	<u>(10.073)</u>	<u>(9.758)</u>

## 14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Direito de Softwares	Ágio	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	300	3.541	37.033	10.317	51.191?
Custo histórico	513	3.541	50.990	31.449	86.493
Amortização acumulada	(213)	-	(13.957)	(21.132)	(35.302)
Adições	3.894	-	-	2.336	6.230
Baixas	-	-	-	(1.266)	(1.266)
Transferências	163	-	-	(163)	-
Amortização	(171)	-	(1.821)	(1.724)	(3.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.186</u>	<u>3.541</u>	<u>35.212</u>	<u>9.500</u>	<u>52.439</u>
Custo histórico	4.536	3.541	50.990	33.668	92.735
Amortização acumulada	(350)	-	(15.778)	(24.168)	(40.296)
Adições	5.976	-	1	24	6.001
Baixas	(3.179)	-	-	-	(3.179)
Transferências	-	-	-	-	-
Amortização	(385)	-	(1.349)	(441)	(2.175)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>6.598</u>	<u>3.541</u>	<u>33.864</u>	<u>9.083</u>	<u>53.086</u>
Custo histórico	6.970	3.541	50.990	29.481	90.982
Amortização acumulada	(372)	-	(17.126)	(20.398)	(37.896)
Taxa média amortização anual %	<u>11,3</u>	<u>-</u>	<u>3,5</u>	<u>10,0 à 20,0</u>	<u>-</u>



## 15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017	16.177
Custo da venda de propriedade para investimento	(680)
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>15.497</u>

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Fornecedores de materiais e serviços	2.668	3.281	8.251	6.031
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	6.605	4.115
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	88.710	63.357
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	48.415	34.361
	<u>2.668</u>	<u>3.281</u>	<u>151.981</u>	<u>107.864</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.1), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho estavam protegidas por liminares, na data destas demonstrações.

## 17. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs, e têm sua composição assim demonstrada:

	30.09.2018	31.12.2017
Financiamento de obras - BNDES (i)	134.482	152.503
Financiamento de obras - BNB (ii)	221.428	231.198
Total	<u>355.910</u>	<u>383.701</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	29.344	34.804
Passivo não circulante	326.566	348.897

(i) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	30.09.2018	31.12.2017
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	101.065	110.108
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	33.417	35.804
Esmeralda S.A. (*)	Março de 2019	TJLP + 3,5	-	6.591
Total			<u>134.482</u>	<u>152.503</u>

(\*) O financiamento da subsidiária Esmeralda S.A. foi quitado em sua totalidade na data de 10 de Agosto de 2018.

## (ii) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a. (*)	30.09.2018	31.12.2017
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	80.985	84.402
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	70.591	74.071
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	69.852	72.725
Total			<u>221.428</u>	<u>231.198</u>

(\*) Os contratos preveem Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como despesa financeira.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato requisitos mínimos de apólices de seguro, atendimento de condicionantes ambientais, manutenção de contas "reserva", manutenção de garantias e medição periódica de índices mínimos para cláusulas restritivas ("covenants"), que se encontram detalhados nas demonstrações financeiras completas de 2017.

Na data deste relatório, o Grupo vem atendendo aos pré-requisitos dos contratos de financiamentos mencionados nos itens (i) e (ii) acima, bem como acompanha periodicamente a evolução dos índices das cláusulas restritivas, os quais foram atendidos.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2017	473.868
Pagamento de principal	(90.151)
Pagamento de juros	(36.594)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	36.578
Em 31 de dezembro de 2017	383.701
Pagamento de principal	(28.224)
Pagamento de juros	(20.496)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	20.929
Em 30 de setembro de 2018	<u>355.910</u>

A controladora não possuiu movimentação de empréstimos e/ou financiamentos para os períodos apresentados.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 30 de setembro de 2018 (*)	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Monel Monjolinho Energética S.A.	3.125	12.500	12.500	12.500	47.857	88.482
Moinho S.A.	834	3.334	3.334	3.334	19.110	29.946
Macaúbas Energética S.A.	1.389	5.819	6.473	7.173	55.413	76.267
Novo Horizonte Energética S.A.	995	4.557	5.996	6.777	47.656	65.981
Seabra Energética S.A.	1.174	4.926	5.493	6.101	48.186	65.880
Total	<u>7.517</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>218.222</u>	<u>326.556</u>

Em 31 de dezembro de 2017	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.500	12.500	12.500	12.500	47.217	97.217
Moinho S.A.	3.334	3.334	3.334	3.334	19.008	32.344
Esmeralda S.A.	1.326	-	-	-	-	1.326
Macaúbas Energética S.A.	5.208	5.819	6.473	7.173	55.131	79.804
Novo Horizonte Energética S.A.	4.200	4.557	5.996	6.777	47.819	69.349
Seabra Energética S.A.	4.397	4.926	5.493	6.101	47.940	68.857
Total	<u>30.965</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.115</u>	<u>348.897</u>

#### 18. CONCESSÕES A PAGAR

O saldo a pagar desta natureza em 30 de setembro de 2018 é de R\$77.219, sendo R\$10.073 no passivo circulante e R\$67.146 no não circulante (R\$72.808 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

#### 19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
PIS a recolher	285	160	1.756	1.448
COFINS a recolher	1.319	740	8.119	6.692
ISS a recolher	429	240	430	240
Tributos retidos a recolher	56	115	105	384
Tributos sobre importação	218	-	1.662	-
Outros tributos a recolher	9	25	21	1.339
Total	<u>2.316</u>	<u>1.280</u>	<u>12.093</u>	<u>10.103</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	2.316	1.280	10.973	9.090
Passivo não circulante	-	-	1.120	1.013

#### 20. OUTROS PASSIVOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Provisão para compensação ambiental	-	-	1.309	1.690
P&D (ANEEL) a pagar	-	-	1.506	2.183
Arrendamento de terras	-	-	7.410	7.045
Outras contas a pagar	60	-	6.719	4.215
Total	<u>60</u>	<u>-</u>	<u>16.944</u>	<u>15.133</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	60	-	7.864	5.940
Passivo não circulante	-	-	9.080	9.193

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, está representado por 143.347.224 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>% do capital social</u>
Statkraft Investimentos Ltda.	116.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	26.794.623	18,69
Total	<u>143.347.224</u>	<u>100,00</u>

## b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado 30.09.2018</u>
Em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>1.996</u>
Em 31 de dezembro de 2017	1.996
Dividendos adicionais distribuídos	21.316
Pagamento de dividendos	<u>(23.312)</u>
Em 30 de setembro de 2018	<u>-</u>

Os dividendos adicionais distribuídos foram pagos em sua totalidade na data de 27 de abril de 2018, sendo R\$18.954 pagos a acionista Statkraft Investimentos Ltda. e R\$4.358 compensados com valores devidos a título de mútuo firmado com o acionista FUNCEF (ver nota explicativa nº 32).

## c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal (i)	420
Reserva de lucros (ii)	<u>21.316</u>
Total	<u>21.736</u>

## (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

## (ii) Retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no período.

## d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 22. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - "Receita de Contrato" com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017 (Reapresentado)	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017 (Reapresentado)
Prestação de serviços	7.565	6.867	865	802
Tributos sobre a prestação de serviços	(889)	(825)	(102)	(94)
	6.676	6.043	763	708
Contrato de Energia de Reserva (CER)	-	-	74.814	76.992
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	-	-	83.129	81.775
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	-	-	88.305	64.572
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	-	-	15.667	9.257
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(14.946)	(13.722)
	-	-	246.969	218.874
Receita líquida	6.676	6.043	247.732	219.582

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017 (Reapresentado)	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017 (Reapresentado)
Prestação de serviços	2.667	2.555	305	309
Tributos sobre a prestação de serviços	(313)	(318)	(36)	(36)
	2.354	2.238	269	273
Contrato de Energia de Reserva (CER)	-	-	29.893	31.359
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	-	-	36.433	34.386
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	-	-	23.421	20.612
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	-	-	3.947	5.583
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(5.782)	(5.562)
	-	-	87.912	86.378
Receita líquida	2.354	2.238	88.181	86.651

Outras informações contratuais são apresentadas no contexto operacional deste relatório.

## 23. CUSTOS E DESPESAS

## a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora				Consolidado			
	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.07.2018 <sup>a</sup> 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	-	-	-	-	(54.524)	(53.127)	(21.611)	(22.931)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(48.442)	(42.709)	(16.183)	(14.548)
Salários e encargos sociais	(3.009)	(2.475)	(1.038)	(82)	(2.870)	(9.630)	(996)	(5.826)
Encargos setoriais	-	-	-	-	(7.275)	(7.720)	(2.336)	(2.552)
Seguros fianças e comissões	-	-	-	-	(4.800)	(4.673)	(1.649)	(1.515)
Serviços de terceiros	-	-	-	-	(6.701)	(4.284)	(3.669)	(1.445)
Viagens e estadias	-	(52)	-	(1)	-	(59)	-	(7)
Outros	-	(19)	-	(37)	(787)	(1.121)	(276)	(237)
	<u>(3.009)</u>	<u>(2.546)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(120)</u>	<u>(125.399)</u>	<u>(123.323)</u>	<u>(46.720)</u>	<u>(49.061)</u>

## b) Gerais e administrativas

	Controladora				Consolidado			
	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017 (Reapresentado)
Serviços de terceiros	(2.822)	(5.131)	(402)	(1.249)	(5.580)	(8.395)	958	(2.486)
Serviços de partes relacionadas	-	(7.336)	-	(29)	-	(7.595)	-	(299)
Salários e encargos sociais	(4.553)	(2.411)	(1.948)	(1.539)	(12.190)	(5.113)	(6.180)	622
Remuneração dos administradores	(4.264)	(4.494)	(549)	(967)	(4.264)	(4.494)	(1.297)	(967)
Encargos setoriais	(26)	56	(26)	56	(2.941)	(2.143)	(1.673)	(726)
Viagens e estadias	(1.582)	(998)	(813)	(346)	(2.036)	(1.310)	(949)	(517)
Aluguel	(713)	(710)	(251)	(217)	(1.205)	(767)	(403)	(250)
Impostos e taxas	(295)	(73)	76	(73)	(1.408)	(1.228)	(271)	(509)
Participação nos Resultados	77	-	(472)	(651)	1	(183)	(555)	(680)
Propaganda e publicidade	(141)	(118)	(2)	(2)	(457)	(399)	(99)	(4)
Seguros fianças e comissões	(45)	-	(17)	-	(45)	(43)	(17)	(15)
Penalidades	-	(60)	-	(60)	-	(145)	-	(3)
Depreciação e amortização	(557)	(474)	(179)	(153)	(557)	(474)	(179)	(153)
Estudos em desenvolvimento	(6.790)	(106)	(1.672)	(71)	(6.790)	(106)	(1.672)	(71)
Outros	(953)	(3.971)	(329)	(199)	(2.356)	(5.759)	(973)	(1.328)
	<u>(22.664)</u>	<u>(25.826)</u>	<u>(6.584)</u>	<u>(5.500)</u>	<u>(39.828)</u>	<u>(38.154)</u>	<u>(13.310)</u>	<u>(7.386)</u>

## 24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(12.754)
Lucros cessantes e danos materiais	-	-	2.507	2.698
Provisões para contingências	(2.332)	(44.513)	(1.606)	(47.435)
Outras receitas e despesas operacionais	2	(20)	(169)	(400)
	<u>(2.330)</u>	<u>(44.533)</u>	<u>731</u>	<u>(57.891)</u>

O resultado consolidado de provisões para contingências de 2017 se refere ao saldo líquido de movimentação dos saldos de provisões para contingências e condenações, tendo como causa mais relevante o acordo referente ao caso da BBE Brasil Bioenergia, mencionado na nota 30 destas demonstrações.

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017
<u>Despesas financeiras</u>								
Com financiamentos	-	(196)	-	(65)	(20.929)	(28.096)	(6.832)	(9.153)
Comissão de fiança e garantias	(18)	(73)	(4)	(53)	(59)	(298)	56	(98)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.264)	(1.354)	211	219	(1.272)	(1.463)	207	(159)
Variação cambial passiva	(11)	(18)	(10)	(5)	(18)	(78)	(17)	(102)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	-	-	-	-	(10.307)	(3.506)	(3.949)	(722)
Juros sobre contrato de mutuo	(1.257)	(10.442)	(531)	(1.390)	(1.257)	(10.442)	(531)	(1.062)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(342)	(2.101)	(109)	(2.101)	(342)	(2.101)	(109)	(99)
Outras despesas financeiras	(72)	(42)	(54)	1.999	(709)	1.003	152	(621)
	<u>(2.964)</u>	<u>(14.226)</u>	<u>(497)</u>	<u>(1.396)</u>	<u>(34.893)</u>	<u>(44.981)</u>	<u>(11.023)</u>	<u>(12.016)</u>
	Controladora				Consolidado			
	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017	Período findo em 30.09.2018	Período findo em 30.09.2017	Trimestre findo em 30.09.2018	Trimestre findo em 30.09.2017
<u>Receitas financeiras</u>								
Rendimentos de aplicações financeiras	4.600	5.199	1.349	1.254	12.614	16.097	3.691	4.214
Variação cambial ativa	227	484	59	115	472	492	108	117
Receita de atualização de contrato de energia	-	-	-	-	-	1.754	-	1.209
Juros sobre contrato de mutuo	551	-	400	-	154	-	154	-
Outras receitas financeiras	1.506	513	(430)	30	1.416	249	(611)	395
	<u>6.884</u>	<u>6.196</u>	<u>1.378</u>	<u>1.399</u>	<u>14.656</u>	<u>18.592</u>	<u>3.342</u>	<u>5.935</u>
Total	<u>3.920</u>	<u>(8.030)</u>	<u>881</u>	<u>3</u>	<u>(20.237)</u>	<u>(26.389)</u>	<u>(7.681)</u>	<u>(6.081)</u>

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)

## a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., optou pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(12.596)	(7.082)
Diferido	(3.029)	23.105
Total	<u>(15.625)</u>	<u>16.023</u>

## b) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	66.192	(29.083)
Efeito das operações descontinuadas		
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	4.444	69
Exclusões do lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	5
Receita não tributáveis	(3.978)	(2.144)
Equivalência patrimonial	786	5.052
	<u>67.444</u>	<u>(26.101)</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(22.931)	8.874
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	18.029	7.306
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(9.828)	(22.194)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	(932)	(542)
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	19.683
Reconhecimento de tributos contingentes	-	2.896
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	36	-
Encargo no resultado do período	<u>(15.626)</u>	<u>16.023</u>

## c) Composição de créditos fiscais

A Companhia reconheceu no resultado do período de 2017 R\$19.683, em ativo fiscal diferido decorrente de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, cujo saldo foi destinado a amortização de débitos fiscais de suas controladas, em face de disposições fiscais vigentes - Programa de Regularização Tributária - PRT - MP nº 766, de 4 de janeiro de 2017, e IN nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, doravante substituída pela MP nº 783, de 31 de maio de 2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, e IN nº 1.711, de 16 de junho de 2017. O valor da dívida declarado, compensado e quitado pelas controladas, depende do processo de confirmação dos créditos fiscais a serem homologados pela Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2017, a sua controlada Energen Energias Renováveis S.A., aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais (PERT), através da Lei nº 13.496 compensando saldos negativo no montante de R\$180. Abaixo o detalhamento das controladas que utilizaram os créditos fiscais da controladora:



	<u>Créditos fiscais reconhecidos</u>
Statkraft Energias Renováveis S.A.	39
Novo Horizonte Energética S.A.	7.369
Seabra Energética S.A.	7.256
Macaúbas Energética S.A.	5.019
Energen Energias Renováveis S.A.	180
Total - créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, utilizado no Programa de Regularização Tributária - PRT	<u>19.863</u>

## d) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros.

O grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação societária e regulatória (ANEEL) em sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., no montante de R\$12.596. A expectativa de realização do total de impostos diferidos ativos sobre tais diferenças é de abril de 2037, prazo final de concessão da controlada.

## 27. SEGUROS (NÃO REVISADO)

## a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&amp;O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2018.

## b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

## c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2018.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

## 27.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

### a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

### b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

### c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de setembro de 2018:					
Fornecedores nacionais	2.668	151.981	-	-	-
Financiamentos	-	29.344	72.449	36.223	217.894
Partes relacionadas	51.337	51.337	-	-	-
Concessões a pagar	-	10.073	17.898	20.488	28.760
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.073
Em 31 de dezembro de 2017:					
Fornecedores nacionais	509	5.038	-	-	-
Financiamentos	-	34.804	62.102	69.681	217.114
Partes relacionadas	54.207	54.207	-	-	-
Concessões a pagar	-	7.965	17.160	18.847	28.146
Dividendos a pagar	1.996	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	9.758

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2016, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de setembro de 2018.

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Variações adicionais no saldo contábil (*)						
		Valores expostos em 2018	Valores expostos em 2017	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	244.626	179.157	7.828	11.742	15.656	19.570	23.484
Aplicações financeiras restritas	CDI	42.464	42.914	1.359	2.038	2.718	3.397	4.077
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(134.482)	(152.503)	(4.411)	(6.617)	(8.822)	(11.028)	(13.233)
Impacto líquido	CDI	152.608	69.568	4.883	7.325	9.767	12.209	14.650
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	6,40%	9,93%	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,56%	7,00%	3,28%	4,92%	6,56%	8,20%	9,84%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
<u>Em 30 de setembro de 2018</u>			
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	42.464		42.464
Investimentos ao valor justo (*)	-	54.507	54.507
Total do ativo	<u>42.464</u>	<u>54.507</u>	<u>96.971</u>

	Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>			
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	42.914		42.914
Investimentos ao valor justo (*)	-	63.416	63.416
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

(\*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$46.128 e R\$8.379 (R\$55.080 e R\$8.336 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>30 de setembro de 2018</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	247.189	-	-	247.189
Contas a receber de clientes	-	161.499	-	161.499
Partes relacionadas	2.288	-	-	2.288
Repactuação do risco hidrológico	-	3.936	-	3.936
Aplicação financeira restrita	42.464	-	-	42.464
Investimentos ao valor justo	-	-	54.507	54.507
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
Total	<u>307.438</u>	<u>165.435</u>	<u>54.507</u>	<u>527.380</u>

	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	-	-	183.324
Contas a receber	-	93.475	-	93.475
Partes relacionadas	6.445	-	-	6.445
Repactuação do risco hidrológico	-	5.703	-	5.703
Aplicação financeira restrita	42.914	-	-	42.914
Investimentos ao valor justo	-	-	63.416	63.416
Propriedades para investimento	16.177	-	-	16.177
Total	<u>248.860</u>	<u>99.178</u>	<u>63.416</u>	<u>411.454</u>

	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>30 de setembro de 2018</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	151.981	151.981
Financiamentos	-	355.910	355.910
Partes relacionadas	-	51.337	51.337
Concessão a pagar	-	77.219	77.219
Provisão para remoção de imobilizado	10.073	-	10.073
Total	<u>10.073</u>	<u>636.447</u>	<u>646.520</u>
<u>31 de dezembro de 2017</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	107.864	107.864
Financiamentos	-	383.701	383.701
Partes relacionadas	-	53.331	53.331
Concessão a pagar	-	72.808	72.808
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	-	9.758
Total	<u>9.758</u>	<u>617.704</u>	<u>627.462</u>

## 29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

### a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho de 2015 e regressaram em junho de 2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho de 2016 e retornaram em julho de 2017.

## b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

## 30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	384	3.060	384	3.060
Processos fiscais	3.373	1.386	4.585	2.220
Processos cíveis	10.349	10.269	16.700	18.027
	<u>14.106</u>	<u>14.715</u>	<u>21.669</u>	<u>23.307</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	14.715	23.308
Adições líquidas de pagamentos	298	332
Reversão	(907)	(1.971)
Em 30 de setembro de 2018	<u>14.106</u>	<u>21.669</u>

Em 2017, a Companhia vinha discutindo judicialmente execuções de sentença arbitral referente integralizações não realizadas na BBE Brasil Bioenergia (valores devidos e honorários advocatícios). Em razão de nossas impugnações terem sido conhecidas, porém indeferidas, nos vimos obrigados, em junho de 2017, a depositar a totalidade do montante devido à Exequente. A fim de reduzir o montante condenatório e pôr fim a todas as execuções, as Partes chegaram a acordo em agosto de 2017, encerrando os processos pelo valor de 51,3 milhões de reais.

Processos investigativos e contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

*Processos investigativos*

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes. Até o momento não é possível estimar se haverá potenciais impactos negativos para a Companhia.

- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$11,3 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.
- (c) Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017, conforme decisão judicial.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível referem-se a: (i) riscos trabalhistas no montante de R\$ 487 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2017); (ii) riscos fiscais de R\$ 565 (R\$ 482 em 31 de dezembro de 2017) e; (iii) riscos cíveis de R\$ 1.422 (R\$ 1.069 em 31 de dezembro de 2017).

### 31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	51.342	(15.331)	51.342	(15.331)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	143.347	143.347	143.347	143.347
Lucro (prejuízo) por ação	<u>0,35817</u>	<u>(0,10695)</u>	<u>0,35817</u>	<u>(0,10695)</u>

### 32. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2018 o grupo realizou a seguinte atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Em 27 de abril de 2018 a Controladora liquidou dividendos com seus acionistas, onde o montante de R\$4.358 foi liquidado com abatimento parcial do saldo de mútuo entre a Controladora e seu acionista FUNCEF.



### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a) Aquisição de ações

Em 25 de outubro de 2018 a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP - Energias do Brasil S.A. para adquirir 100% das ações das empresas EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas, composta por sete usinas hidrelétricas, e da Santa Fé Energias S.A., totalizando 131,9 MW de capacidade instalada e 68 MW médios de garantia física. O contrato de compra e venda possui um valor total de R\$ 704.000, e está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores competentes.

#### b) Cassação da liminar do GSF APINE

A liminar mencionada no contexto operacional (nota explicativa nº1.1) que protegia os geradores hidrelétricos dos efeitos do GSF foi cassada pela União em 23 de outubro de 2018, ficando as empresas Moinho e Monel Monjolinho sem a referida proteção. O saldo a pagar provisionado pela Companhia de mercado de curto prazo acumulado durante o período compreende o montante de aproximadamente R\$74.336. A queda da liminar não extingue a discussão sobre os impactos do GSF às geradoras.

---